



EDITORIAL

 <https://doi.org/10.46401/ajh.2020.v12.10395>

Os monstros sempre definiram, na imaginação ocidental, os limites da comunidade. Os centauros e as amazonas da Grécia antiga estabeleceram os limites da pólis centrada do humano masculino grego ao vislumbrarem a possibilidade do casamento e as confusões de fronteira entre, de um lado, o guerreiro e, de outro, a animalidade e a mulher. Gêmeos não separados e hermafroditas constituíram o confuso material humano dos primeiros tempos da França moderna, o qual fundamentou o discurso no natural e no sobrenatural, no médico e no legal, nos portentos e nas doenças – elementos, todos eles, cruciais no estabelecimento da identidade moderna. As ciências da evolução e do comportamento dos macacos e dos símios têm marcado as múltiplas fronteiras das identidades industriais do final do século XX. Os monstros-ciborgue da ficção científica feminista definem possibilidades e limites políticos bastante diferentes daqueles propostos pela ficção mundana do Homem e da Mulher.

Donna Haraway, Manifesto ciborgue.

Donna Haraway publicou seu manifesto em 1984. Ele tem sido traduzido e debatido em diferentes pontos do globo. Os limites do corpo, a possibilidade de os ultrapassar, as noções de normalidade e a absorção da monstruosidade como propulsora política e subjetiva são temas a serem colocados para o diálogo a partir de então com uma roupagem muito própria que a autora lhes dá. E são de uma importância e atualidade vibrantes.

Ao lado da produção político-teórica, há que ressaltarmos os corpos e as performances que têm desafiado os padrões normativos e binários da sociedade heterocisgênera, racista, excludente e violenta. Por isso, agradecemos a **Jup do Bairro**, cantora, performer, apresentadora e ativista lgbti+ paulista, pela gentileza de nos ceder seu Auto retrato para a capa dessa edição de **Albuquerque: revista de História**. Nada melhor que o “corpo sem juízo”, transformador, aberto às possibilidades e coletivista de Jup para corporificar essa edição.

Enquanto escrevemos este Editorial do vigésimo terceiro número de **Albuquerque: revista de História**, chegamos no Brasil à marca de mais de um milhão de corpos infectados pelo novo coronavírus, em meio a uma pandemia que chega ao seu sétimo mês. E, nesse mesmo nosso país, sepultamos quase cinquenta mil corpos que pereceram sob a nova doença. Se os principais mandatários têm mantido seus olhos em uma secura digna dos grandes desertos do globo, quase cinquenta mil famílias têm chorado a perda de seus familiares. E outros tantos têm se juntado a elas, por laços de solidariedade que insistentemente têm sido mantidos.

Laços como esses, de solidariedade, têm sido também responsáveis por promoverem aglomerações em tempos pandêmicos, algo assustador, mas compreensível quando sabemos que não é possível ver uma pessoa ser assassinada por sufocamento tendo por principal razão para

tanto o fato de ser um homem negro em um país – como tantos – atravessado pelo racismo. George Floyd, afro-americano de 46 anos, foi estrangulado publicamente pelo policial branco Derek Chauvin, em 25 de maio de 2020. Durante quase oito minutos ele disse, com a dificuldade que o joelho do policial em seu pescoço lhe impunha, que não conseguia respirar. Não foi ouvido, assim como não foram ouvidos tantos homens e mulheres que foram mortos pelos regimes escravistas modernos e pelas sociedades racistas que vieram a seguir, nas quais vivemos ainda hoje. O corpo negro que, assim como nas lavouras e minas e pelourinhos, continua a sofrer e morrer.

No Brasil, como último ato antes de sua saída do Ministério da Educação, Abraham Weintraub, em 18 de junho de 2020, revogou portaria editada no governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que estipulava reserva de vagas a negros, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação brasileiros. Nada mais que um ataque. Não houve motivação alguma a não ser a retaliação a parcelas da população que demandam de políticas públicas específicas para que consigamos romper com ciclos de exclusão.

Em tempos de pandemia, a reclusão social. Uma necessidade que tem por objetivo barrar o avanço da contaminação, o número de mortos e o próprio tempo de distanciamento. Uma constatação: corpos femininos e infantis sendo violentados, de forma ainda mais velada ou menos visível. Denúncias feitas por meio de reuniões virtuais de trabalho, mulheres pulando de prédios para salvarem a si e seus filhos.

Assim, não resta outra alternativa, a não ser destacar a importância da publicação nesse número de **Albuquerque: revista de História**, do dossiê **Da antropologia e sociologia do corpo aos Estudos Corporais**. Análise e quadro interpretativo, pelo qual agradecemos aos organizadores Jordi Planella Ribera e Héctor Rolando Chaparro, assim como os autores e as autoras que enviaram seus textos para compor o dossiê. Agradecemos ainda as autoras e os autores que enviaram os textos que compõem a seção de artigos livres, de resenhas e princípios. É para que trabalhos de grande qualidade como os que vocês escreveram que nossa revista existe.

E **Albuquerque: revista de História** existe para oferecer lugar aos debates necessários em nosso tempo, nesse mundo marcado pela violência em escalada, no qual tomamos um lugar, aquele ligado pelos laços de solidariedade a George Floyd, Camila Albuquerque, Marielle Franco, Anderson Pedro Mathias Gomes, João Pedro Mattos Pinto e tantos outros que tiveram suas vidas retiradas pela violência do Estado, dos setores hegemônicos da sociedade, pela lgbtfobia, pelo racismo, pelas disputas políticas, pela discriminação geográfico-social, de gênero e tantos outros marcadores da diferença que têm sido transformados em sentenças de morte.

Aguinaldo Rodrigues Gomes
Miguel Rodrigues de Sousa Neto
editor@s

REFERÊNCIAS

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue** – as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêtica Editora, 2013.